
Esse demonstrativo tem por objetivo mensurar os tributos que serão objeto de renúncia fiscal de receita, identificando seus valores nos exercícios que compreenderão o triênio a partir da vigência da LDO e estabelecendo ainda as medidas de compensação que serão adotadas, visando a dar cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

A concessão de incentivos fiscais é um instrumento que serve para fomentar o desenvolvimento econômico do Município, atraindo novas empresas ou ampliando as já existentes, de modo a gerar novos empregos e aumentar a renda per capita da população. Já os benefícios fiscais se prestam para reduzir as desigualdades sociais, desonerando determinados segmentos da sociedade do pagamento de alguns tributos, como é o caso da isenção de IPTU para os aposentados de baixa renda. Diante disso pode-se afirmar que, com a devida responsabilidade, é salutar o uso desses instrumentos que tem objetivos econômicos e sociais.

O tema é destacado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que disciplinou a sua aplicação. Como sabido, os entes da federação têm usado esses institutos como forma de controle dos desequilíbrios econômicos e sociais, e, por isso é tratado em todo o arcabouço jurídico brasileiro: constitucional, legal e infralegal.

A Constituição Federal em seus artigos 70 e 165, § 6º, estabelece o controle sobre as renúncias de receita, com o nítido objetivo de promover o equilíbrio fiscal. Por sua vez, a LRF estabeleceu em seu artigo 11 a necessidade de instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos de competência constitucional dos entes da Federação, como requisito essencial da responsabilidade na gestão fiscal.

Nesse contexto, e conforme as diretrizes estabelecidas pelos arts. 13, 57 e 59 do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias, a estimativa de renúncia de receita deverá estar inserida na metodologia de cálculo da projeção da arrecadação efetiva dos tributos municipais.

Dessa forma, fica evidenciado que a Administração opta pela medida de compensação prevista no art. 14, I, da LRF, o qual determina que a renúncia deve ser considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais. Consequentemente, as renúncias contempladas nesse demonstrativo não precisarão ser compensadas pelo aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição, pois a compensação já estará ocorrendo no âmbito do processo orçamentário de estimativa das respectivas receitas.

Município de Três Passos - RS
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
EXERCÍCIO DE 2021

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

AMIR - Demonstrativo / (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)						R\$ 1,00
TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2021	2022	2023	
IPTU		Isenções Isenção/ Imunidade	500.000,00	517.500,00	534.318,75	Vide Observação
			10.000,00	10.350,00	10.686,38	
		-	-	-	-	
TOTAL			510.000,00	527.850,00	545.005,13	-

R\$ 1,00

Obs: 1 - Os valores da renúncia para 2021 foram previstos de acordo com informações do setor tributário da Prefeitura Municipal.

2 - Os valores da renúncia projetados para 2022 e 2023, foram calculados a partir dos valores de 2021, aplicando-se, sobre eles, as projeções de inflação para os referidos exercícios a saber:

Inflação para 2022:

3,50%

Inflação para 2023:

3,25%

Município de Três Passos - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
EXERCÍCIO DE 2021

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

TRIBUTO	MODALIDADE	PROGRAMAS/ BENEFICIÁRI O	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇ O
			2021	2022	2023	
IPTU Taxas		Isenções	500.000,00	517.500,00	535.612,50	Vide Obsevação abaixo
		Imunidade	10.000,00	10.350,00	10.712,25	
		-	-	-	-	
TOTAL			510.000,00	527.850,00	546.324,75	-

R\$ 1,00

Fonte: Sistema SAPO/BETHA Unidade Responsável Secretaria de Finanças, Data da emissão 24/07/2020 e hora de emissão 14:00h.

Obs: 1 - Os valores da renúncia para 2021 foram previstos de acordo com informações do setor tributário da Prefeitura Municipal.

2 - Os valores da renúncia projetados para 2022 e 2023, foram claculados a partir dos valores de 2021, aplicando-se, sobre eles, as projeções de inflação para os referidos exercícius a saber:

Inflação para 2021:	3,50%
Inflação para 2022:	3,50%

RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES PASSOS

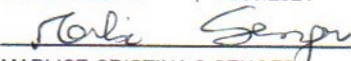
Exercício de 2021

Página: 1/1

Relação da Despesa Com Saldo Atual

Código reduzido	Dotação	Descrição elemento	Educação	Pessoal	Saldo Bloqueado	Saldo Atual
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES PASSOS						
Órgão:	10	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA				
Unidade:	01	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA				
Proj./Ativ.	2.106	Programa de Agroindústrias				
624	3.3.90.30.00.00.00.00 0001	Material de Consumo	Não	Não	0,00	10.000,00
625	3.3.90.32.00.00.00.00 0001	Material, Bem ou Serviço Para Dist. Gratuita	Não	Não	0,00	10.000,00
626	3.3.90.39.00.00.00.00 0001	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Não	Não	0,00	20.100,00
627	3.3.90.48.00.00.00.00 0001	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	Não	Não	0,00	13.000,00
628	4.4.90.51.00.00.00.00 0001	Obras e Instalações	Não	Não	0,00	60.000,00
629	4.4.90.52.00.00.00.00 0001	Equipamentos e Material Permanente	Não	Não	0,00	10.000,00
Total do Projeto/Atividade:						123.100,00
Total da Unidade:						123.100,00
Total do Órgão:						123.100,00
Total da Entidade:						123.100,00
Total Geral:						123.100,00

TRES PASSOS , 14/05/2021


MARLISE CRISTINA S SENER
Contadora CRC RS 68.240


Arlei Luis Camazoni
Prefeito Municipal